



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

## NOTAS TÉCNICAS

### Conceituação das definições

A pesquisa abrange todos os indiciamentos realizados (**fonte: Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC**) pela Polícia Federal entre 2010 e 2013.

### Dados apresentados

A pesquisa abrange todos os procedimentos em que houve, pelo menos, um indiciamento nas normas penais comumente relacionados aos Tráfico de Entorpecentes. Para estabelecer um referencial da pesquisa, também são apresentadas as estatísticas com o número total de indiciamentos realizados pelo Departamento de Polícia Federal em todos os crimes, a cada ano, entre 2010 e 2013.

### Datas e períodos de referência

⇒ Dados SINIC

- Procedimentos com a **data de autuação** entre os anos de 2010 e de 2013
- Incluídos no sistema até o dia 10/02/2014

### Normas penais pesquisadas

A pesquisa foi baseada nas seguintes normas penais:

1. Art. 33 da Lei 11.343/06
2. Art. 35 da Lei 11.343/06
3. Art. 36 da Lei 11.343/06
4. Art. 40 Incisos I, V e VII da Lei 11.343/06.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

## Recomendações

Ressaltamos que os dados dos anos mais recentes podem estar incompletos em função da realidade nas rotinas de inclusão das informações nos Sistema SINIC, dentro das conjunturas locais (de todas as Unidades do Departamento de Polícia Federal), que acabam por gerar acúmulo de documentos a serem inseridos. Portanto, a análise destes últimos anos deve ser feita com atenção a esta observação.

## Conceitos de indiciamentos, indiciados.

Como já fora descrito, este trabalho tem como origem o sistema SINIC. A fim de permitir a correta interpretação das informações divulgadas, apresentam-se, a seguir, os principais conceitos e definições utilizados neste resumo.

**Indiciamento**<sup>1</sup> é o ato de imputar à determinada pessoa a prática de um fato punível (crime ou contravenção) no inquérito policial, bastando para tanto que haja indícios razoáveis da autoria, e não certeza. Representa o resultado concreto da convergência de indícios que apontem determinada pessoa como praticante de ato tido pela legislação penal em vigor como típico, antijurídico e culpável. Os elementos do tipo penal já devem estar, no mínimo, indicados na prova colhida durante o inquérito, para embasar o indiciamento.

Já quando falamos em **indiciado**, estamos falando do indivíduo propriamente dito, que pode ou não ter tido vários indiciamentos durante o período em questão. Esta diferença entre o número de indiciamento e o de indiciado nos dá a idéia de reincidência, que é quando um indiciado tem dois ou mais indiciamentos.

Em algumas infrações penais existirá uma diferença entre os números de indiciado total e o numero de indiciados por ano da autuação. Esse fato é devido ao fato de uma mesma pessoa ter sido indiciada em anos diferentes, e a contagem tem por referência o ano de autuação.

Alertamos, também, para o fato que Sistemas SINIC serem bancos de dados dinâmicos, onde registros são constantemente alterados ou incluídos, sofrendo pequenas mudanças em seus assinalamentos.

Com este documento, o Instituto Nacional de Identificação – INI/DIREX/DPF busca cumprir a sua missão institucional de produzir e disseminar informações. Este levantamento estatístico contribui, ainda, para uma maior transparência das ações dos diferentes agentes, atendendo um dos requisitos básicos à democracia, qual seja, a prestação de contas à sociedade.

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2005/11/08/3288/>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

**Tabela 1 – Número indiciamentos, indiciados e procedimentos instaurados com indiciamento (SINIC) pela Polícia Federal nos Artigos 33, 35, 36 e 40 incisos I, V e VII da Lei 11343/06, Brasil – 2010 a 2013.**

<b>Entorpecentes - Art. 33, Art. 35, Art.36 e Art. 40 da Lei 11.343/06</b>		
<b>Dados - SINIC</b>		
<b>Indiciamentos</b>	<b>Indiciados</b>	<b>Procedimentos</b>
18.118	17.131	10.091

Fonte: SINIC: Sistema Nacional de Informações Criminais

**Tabela 2 – Número de indiciamentos, indiciados e procedimentos com indiciamento (SINIC) pela Polícia Federal nos Artigos 33, 35, 36 e 40 incisos I, V e VII da Lei 11343/06, Brasil – 2010 a 2013.**

<b>Origem dos Dados</b>	<b>Ação</b>	<b>Ano de Autuação</b>				<b>Total</b>
		<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>SINIC</b>	<b>Indiciamentos</b>	5.590	5.303	3.856	3.369	<b>18.118</b>
	<b>Indiciados</b>	5.430	5.153	3.786	3.321	<b>17.690</b>
	<b>Procedimentos</b>	2.953	2.837	2.252	2.049	<b>10.091</b>

Fonte: SINIC: Sistema Nacional de Informações Criminais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Tabela 3 – Número de indiciamentos nos crimes definidos nos Artigos 33, 35, 36 e 40 incisos I, V e VII da Lei 11343/06, por ano de autuação, segundo as Unidades da Federação, Brasil – 2010 a 2013.

Unidade da Federação	Ano de Autuação				Total	% do Total
	2010	2011	2012	2013		
Acre	195	167	125	155	642	3,54%
Alagoas	42	44	25	14	125	0,69%
Amapá	56	24	15	14	109	0,60%
Amazonas	171	117	122	112	522	2,88%
Bahia	127	128	83	46	384	2,12%
Ceará	117	137	111	81	446	2,46%
Distrito Federal	55	65	38	37	195	1,08%
Espírito Santo	162	74	70	27	333	1,84%
Goiás	152	78	33	85	348	1,92%
Maranhão	77	73	28	10	188	1,04%
Mato Grosso	414	414	270	185	1.283	7,08%
Mato Grosso do Sul	581	759	474	489	2.303	12,71%
Minas Gerais	275	205	133	145	758	4,18%
Pará	98	82	96	55	331	1,83%
Paraíba	109	101	76	24	310	1,71%
Paraná	781	558	645	548	2.532	13,98%
Pernambuco	172	136	99	64	471	2,60%
Piauí	39	27	31	16	113	0,62%
Rio de Janeiro	250	157	130	80	617	3,41%
Rio Grande do Norte	76	80	50	21	227	1,25%
Rio Grande do Sul	278	457	199	71	1.005	5,55%
Rondônia	202	134	78	128	542	2,99%
Roraima	36	53	33	43	165	0,91%
Santa Catarina	204	254	143	126	727	4,01%
São Paulo	834	902	696	691	3.123	17,24%
Sergipe	36	46	26	82	190	1,05%
Tocantins	51	31	27	20	129	0,71%
Total	5.590	5.303	3.856	3.369	18.118	100%

Fonte: SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

**Tabela 4 – Número indiciamentos, indiciados e procedimentos instaurados com indiciamento (SINIC) pela Polícia Federal, Brasil – 2010 a 2013.**

<b>Número de indiciamento, indiciado e procedimentos instaurados pelo DPF.</b>		
<b>Indiciamentos</b>	<b>Indiciados</b>	<b>Procedimentos</b>
136.449	119.749	80.263

Fonte: SINIC: Sistema Nacional de Informações Criminais

**Tabela 5 – Número de indiciamentos, indiciados e procedimentos com indiciamento (SINIC) pela Polícia Federal, Brasil – 2010 a 2013.**

<b>Origem dos Dados</b>	<b>Ação</b>	<b>Ano de Autuação</b>				<b>Total</b>
		<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>SINIC</b>	<b>Indiciamentos</b>	46.502	40.478	31.144	18.325	<b>136.449</b>
	<b>Indiciados</b>	43.014	37.545	28.892	17.406	<b>126.857</b>
	<b>Procedimentos</b>	25.880	23.568	19.126	11.689	<b>80.263</b>

Fonte: SINIC: Sistema Nacional de Informações Criminais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

**Tabela 6 – Número de indiciamentos realizado pelo Departamento de Polícia Federal, por ano de autuação, segundo as Unidades da Federação, Brasil – 2010 a 2013.**

Unidade da Federação	Ano de Autuação				Total	% do Total
	2010	2011	2012	2013		
<b>Acre</b>	677	646	531	411	<b>2.265</b>	<b>1,66%</b>
<b>Alagoas</b>	686	667	512	158	<b>2.023</b>	<b>1,48%</b>
<b>Amapá</b>	309	310	235	99	<b>953</b>	<b>0,70%</b>
<b>Amazonas</b>	822	981	577	310	<b>2.690</b>	<b>1,97%</b>
<b>Bahia</b>	1.490	1.355	699	346	<b>3.890</b>	<b>2,85%</b>
<b>Ceará</b>	887	874	539	294	<b>2.594</b>	<b>1,90%</b>
<b>Distrito Federal</b>	721	945	833	456	<b>2.955</b>	<b>2,17%</b>
<b>Espírito Santo</b>	1.026	664	591	250	<b>2.531</b>	<b>1,85%</b>
<b>Goiás</b>	1.351	1.270	955	499	<b>4.075</b>	<b>2,99%</b>
<b>Maranhão</b>	757	624	476	296	<b>2.153</b>	<b>1,58%</b>
<b>Mato Grosso</b>	2.048	1.425	1.005	611	<b>5.089</b>	<b>3,73%</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.364	2.366	1.589	1.245	<b>7.564</b>	<b>5,54%</b>
<b>Minas Gerais</b>	4.065	3.052	2.974	1.421	<b>11.512</b>	<b>8,44%</b>
<b>Pará</b>	1.672	1.295	736	274	<b>3.977</b>	<b>2,91%</b>
<b>Paraíba</b>	1.277	532	572	226	<b>2.607</b>	<b>1,91%</b>
<b>Paraná</b>	6.114	4.751	4.150	2.983	<b>17.998</b>	<b>13,19%</b>
<b>Pernambuco</b>	874	717	625	389	<b>2.605</b>	<b>1,91%</b>
<b>Piauí</b>	747	845	588	296	<b>2.476</b>	<b>1,81%</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	2.853	2.511	1.511	786	<b>7.661</b>	<b>5,61%</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	1.030	1.127	675	484	<b>3.316</b>	<b>2,43%</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	3.285	3.125	2.454	963	<b>9.827</b>	<b>7,20%</b>
<b>Rondônia</b>	1.450	998	860	686	<b>3.994</b>	<b>2,93%</b>
<b>Roraima</b>	330	500	353	351	<b>1.534</b>	<b>1,12%</b>
<b>Santa Catarina</b>	2.139	2.314	1.773	1.294	<b>7.520</b>	<b>5,51%</b>
<b>São Paulo</b>	6.355	5.619	4.252	2.624	<b>18.850</b>	<b>13,81%</b>
<b>Sergipe</b>	635	460	606	278	<b>1.979</b>	<b>1,45%</b>
<b>Tocantins</b>	538	505	473	295	<b>1.811</b>	<b>1,33%</b>
<b>Total</b>	<b>46.502</b>	<b>40.478</b>	<b>31.144</b>	<b>18.325</b>	<b>136.449</b>	<b>100%</b>

Fonte: SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais